

LEI Nº 976/2005

CRIA A CORDENAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC - DO MUNICÍPIO DE ANGELINA (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO MURILO COSTA, Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1 º. Fica criada a Coordenação Municipal de Defesa Civil - COMDEC do Município de Angelina, diretamente subordinada ao Prefeito Municipal, com a finalidade de coordenar, a nível municipal, os meios para atendimento a situações de emergência ou calamidade pública e prevenir contra acidentes.

Art. 2 º. Para as finalidades desta lei, denomina-se Defesa Civil o conjunto de medidas que tenham por finalidade prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que está sujeita a população, em decorrência de calamidade pública e situação de emergência.

Art. 3 º. A COMDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estrito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à Defesa Civil.

Art. 4 º. A Coordenação Municipal de Defesa Civil - COMDEC constitui órgão integrante do Sistema Estadual de Defesa Civil, tendo como competência o desenvolvimento das seguintes atividades:

- 1- promover e colaborar em campanhas educacionais nas escolas, principalmente do ensino municipal;
- II- estudar, definir, propor normas, planos e procedimentos visando a proteção da comunidade contra as conseqüências decorrentes de fatores anormais e adversos que atinjam o Município;
- III- participar e colaborar nos programas estaduais e federais de Defesa Civil;
- IV- promover e colaborar na execução de programas estaduais e federais de Defesa Civil, obedecendo o princípio de que a ação de Defesa Civil inicia-se no Município, seguindo-se o Estado e a União;
- V- fornecer subsídios, quando possível, para esclarecimento relativos à Defesa Civil;
- VI- atuar coordenadamente com os órgãos federais e estaduais de Defesa Civil, tanto nos períodos de normalidade como de anormalidade;

VII- estimular e desenvolver atividades, visando mobilizar a comunidade para iniciativas de Defesa Civil:

VIII- promover estudos e propor recomendações sobre as conseqüências desastrosas, causadas por negligência humana que possa provocar estado de emergência, que reclame ação da Defesa Civil:

IX- comunicar ao órgão estadual de Defesa Civil as ocorrências consideradas de porte significativo e solicitar as providências que julgar necessárias.

X- coordenar todas as ações emergenciais sempre que ocorrer no Município estado de calamidade pública ou situação emergencial, assim decretadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art.5 °. A COMDEC terá a seguinte estrutura:

I- Presidência

II- Secretaria

III- Conselho Técnico

IV- Conselho Comunitário

V- Núcleo de Defesa Civil

Art. 6 °. A Presidência da COMDEC é composta por um Presidente e um Vice-Presidente ambos indicados pelo Chefe do Executivo Município, a quem compete organizar todas as atividades da Coordenação.

Art. 7 °. A Secretaria será dirigida por um Secretário designado pelo Presidente.

Art. 8 °. O Conselho Técnico será composto por:

I - um representante da Secretaria Municipal da Saúde,

II - um representante da Secretaria Municipal da Agricultura,

III - um representante da Secretaria Municipal da Assistência Social,

IV - um representante da Secretaria Municipal da Educação,

V - um representante da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras,

VI - um representante da Secretaria Municipal da Administração,

VII - um representante do Poder Legislativo,

VIII – um representante do Conseg,

IX - um representante da Epagri,

X - um representante da CAEP;

XI - um representante do Projeto de Micro Bacias.

Parágrafo único. Haverá um suplente para cada um dos membros.

Art. 9°. Compete ao Conselho Técnico:

- I- proceder estudos e elaborar planos solicitados pela Presidência da COMDEC
- II- propor planos de trabalho
- III- participar das reuniões e dos trabalhos da COMDEC
- IV- coordenar os Grupos de Trabalhos no âmbito de sua área de atuação
- V- atuar harmonicamente com os demais órgãos integrantes da estrutura organizacional da COMDEC.

Art. 10. O Conselho Comunitário será composto, além dos membros que compõem o Conselho Técnico, de dois representantes de Associações de bairros devidamente constituídas, indicados pelos seus Presidentes, dois representantes de Associações de classes e/ou sindicatos sediados no Município, indicados pelos seus Presidentes e um representante do Clero local indicado pelos seus pares.

Art.11. Ao Conselho Comunitário compete:

- I- realizar ações conjuntas com todos os órgãos da COMDEC e a comunidade, que visem execução de medida de prevenção, prestação de socorro, assistência e recuperação dos danos causados ao município, além de outras ações relacionadas com a Defesa Civil, nas situações de calamidade pública ou de emergência.
- II - auxiliar o presidente da COMDEC, sempre que por ele for convocado para missões especiais;
- III - propor planos de trabalho à sua área específica.
- IV - atuar coordenadamente com os demais órgãos integrantes da estrutura organizacional da COMDEC.
- V- participar das reuniões de trabalhos da COMDEC sempre que for convocado pelo Presidente:
- VI - realizar campanhas de esclarecimento sobre a Defesa Civil junto com a comunidade.

Art. 12. O NUDEC –Núcleo de Defesa Civil, será constituído por 05(cinco) membros e seus respectivos suplentes indicados pelo chefe do executivo em cada um dos distritos, a quem competir, trabalhar segundo as normas do CONDEC.

Art. 13. Os servidores públicos designados para participar da estrutura da COMDEC, bem como os chamados para colaborar nas ações de emergência ou calamidade pública, exercerão essas atividades sem prejuízo das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único - A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 14. Todo o membro integrante dos órgãos da COMDEC será após as respectivas indicações, designado pelo Prefeito Municipal, mediante Portaria.

Art. 15. A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da sua publicação.

Art. 16. Até o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após sua instalação, a COMDEC elaborará Regimento Interno que deverá ser homologado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 21 de novembro de 2005

Sérgio Murilo Costa
Prefeito Municipal